

Apontamentos:
**VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DOS
TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO**
Audiência Pública CDH



A FASUBRA Sindical, entidade representativa dos trabalhadores e das trabalhadoras Técnico-Administrativos em Educação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras, informa que deflagrou greve nacional no dia 28 de maio, em luta por salários dignos e em defesa da Universidade Pública e socialmente referenciada.

Hoje, Técnicos Administrativos em Educação de 66 Universidades e Institutos Federais encontram-se com suas atividades paralisadas, por conviverem diariamente com cortes orçamentários no custeio e em novos investimentos em ensino, pesquisa e extensão. O montante dos cortes ultrapassa os 9 bilhões no Ministério da Educação e aproxima-se de 2 bilhões no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

→ Histórico e Dossiê da Greve

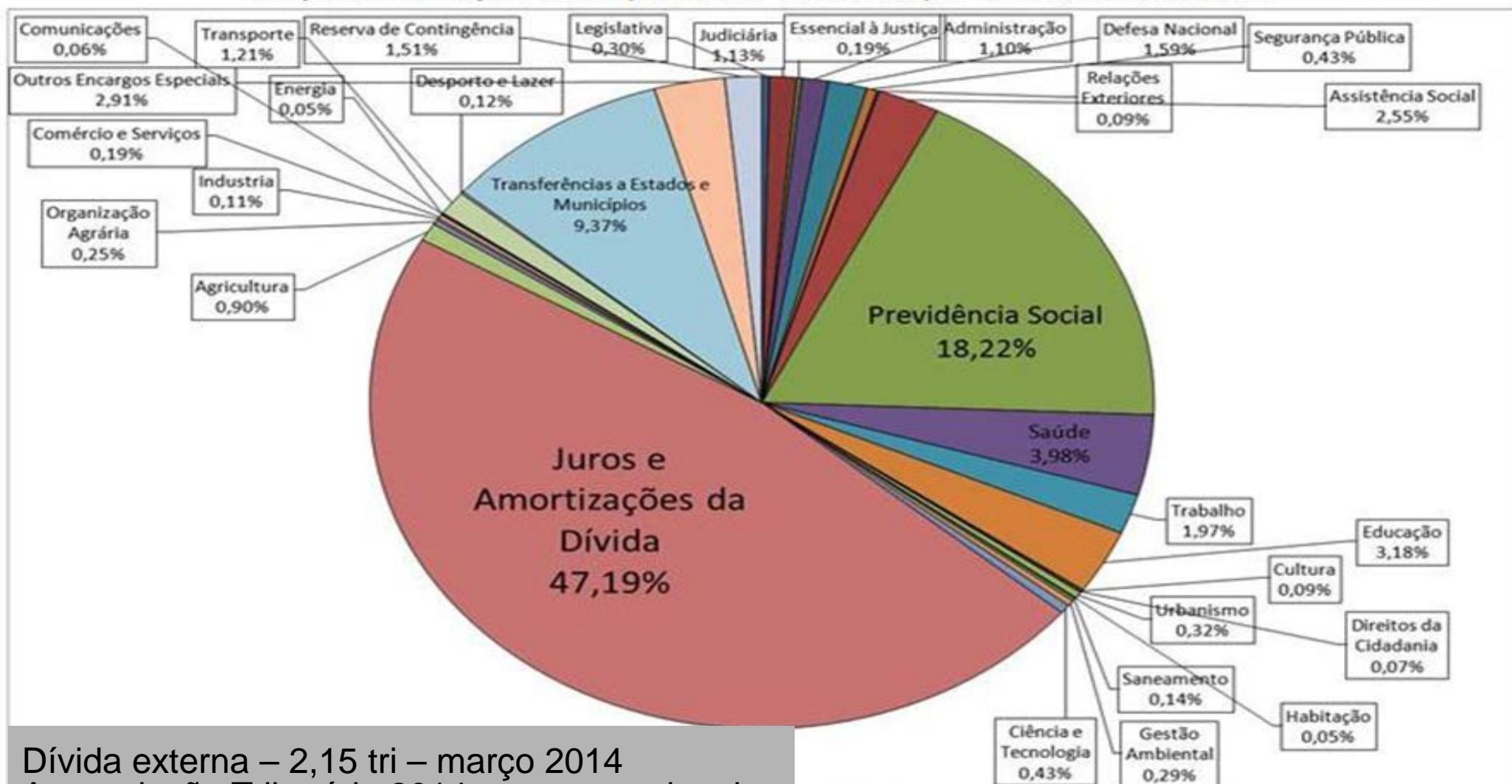
A comunidade acadêmica e a população em geral sofrem com a precarização dos serviços essenciais nas Universidades e Hospitais Universitários, destacando-se a terceirização e subdimensionamento do trabalho nas instituições públicas. Muitos pesquisadores estão ou serão impedidos de dar continuidade ou iniciar trabalhos de pesquisa e inovação, assim, como o aprimoramento científico e tecnológico.

O Governo Federal se contradiz ao afirmar que seu lema é Pátria Educadora, pois nossa categoria possui o menor piso e teto do conjunto do funcionalismo público federal. Se queremos priorizar a educação neste país, mola propulsora para o desenvolvimento com inclusão social, é necessário, além da democratização do acesso e permanência, valorização dos trabalhadores em educação. E se hoje estamos parados para defender nossos salários e condições de trabalho, é justamente para fortalecer a luta de todos pela educação e pelo serviço público de qualidade. A crise que se abate sobre a universidade é grave e caso não haja união nessa batalha a universidade pode parar por absoluta falta de condições. Melhor que seja por um movimento de luta, que por omissão. Considerando a importância da nossa luta para a manutenção da Universidade Pública, gratuita e de qualidade, conclamamos estudantes, servidores docentes, pesquisadores e a sociedade a se unirem a nós nesta luta, que é de todas(os) cidadãos.

Hoje 50% do orçamento é para pagamento desta dívida e 55% dela está nas mãos dos bancos estrangeiros e 16% nas dos fundos privados, dívida que cresceu 2 pontos de janeiro a agosto de 2014, em relação ao PIB)

DÍVIDA PÚBLICA - O CENTRO DO DEBATE

Projeto de Lei Orçamentária para 2012 – Relatório apresentado dia 19/12/2011



Dívida externa – 2,15 tri – março 2014
Arrecadação Tributária 2014 e natureza da crise

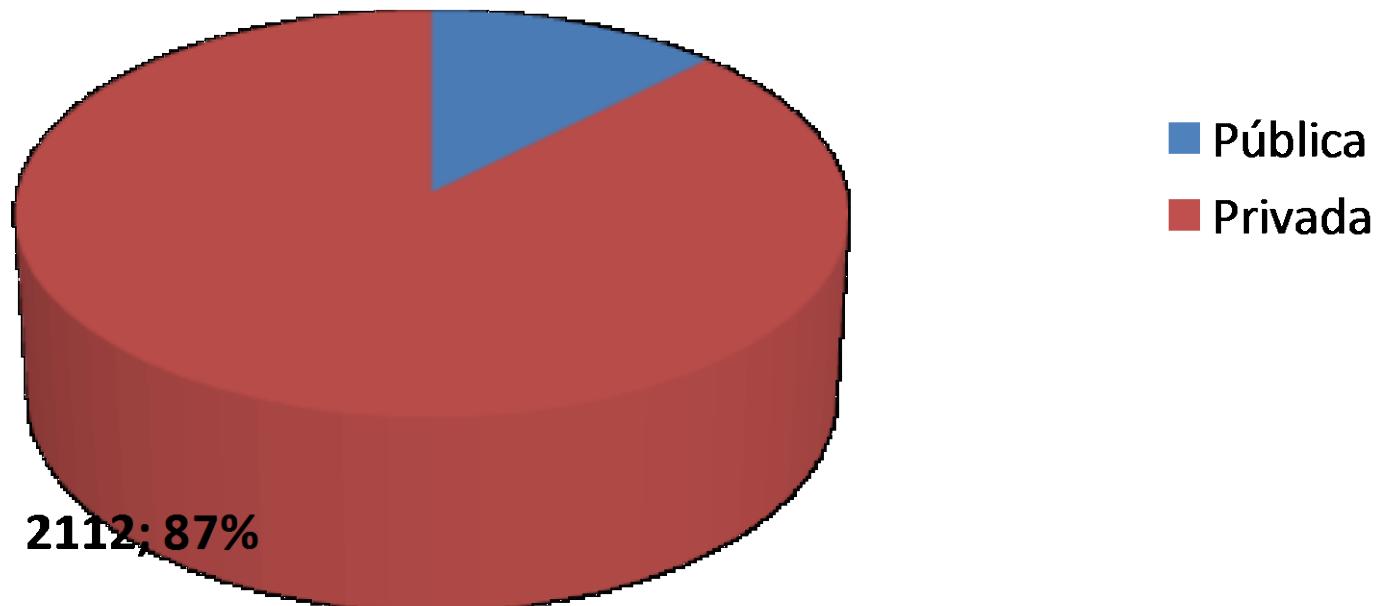
Censo da Educação Superior -2012

Censo 2012 - IES

Instituições – Graduação

Total: 2416

304; 13%



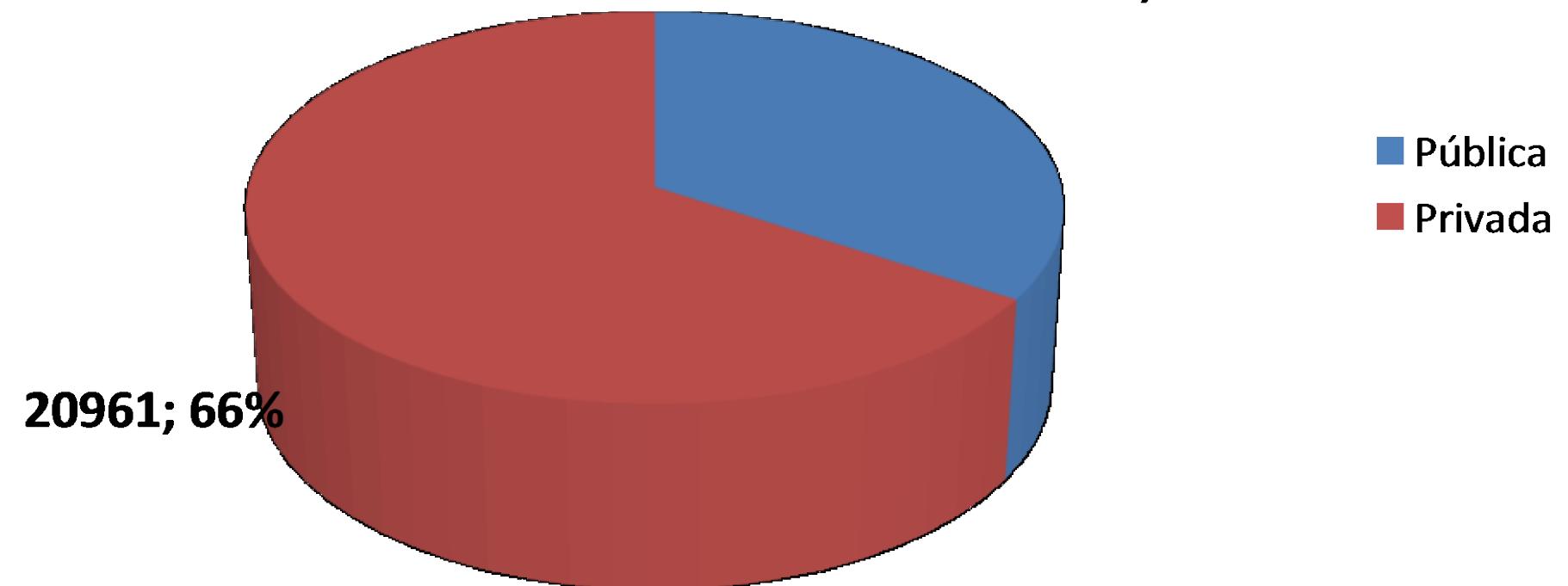
Divulgado em 17/09/2013

Fontes: Mec/Inep e Mec/Capes

Censo 2012 - Cursos

Cursos – Graduação
Total: 31.866

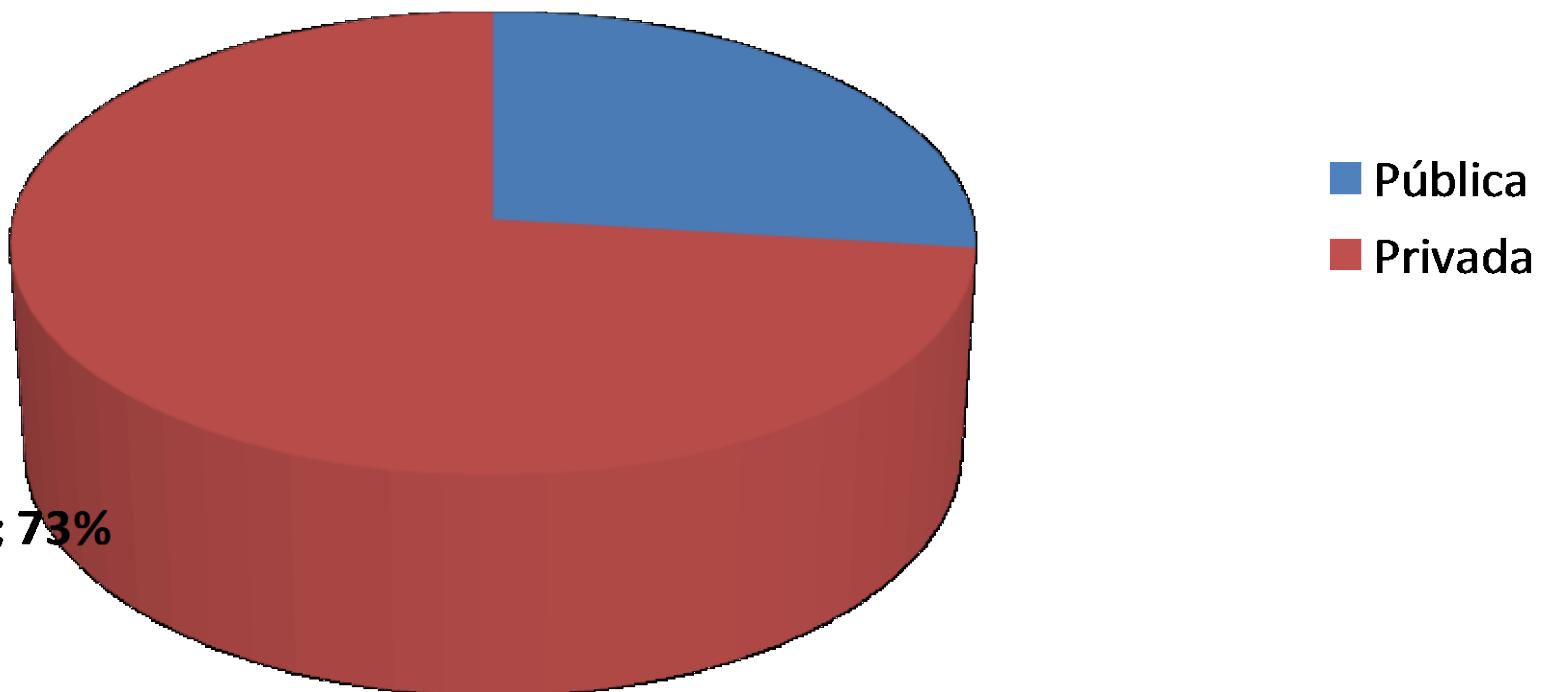
10905; 34%



Censo 2012 - Matrículas

Matrículas- Graduação
Total: 7.037.688

1897376; 27%



Campanha salarial unificada 2015 dos federais - Um dos eixos principais envolve a luta por uma política salarial permanente com correção das distorções e reposição de perdas inflacionárias. Seguindo levantamentos e estudos técnicos, incluindo um feito pela subseção do Dieese, o fórum dos federais irá buscar junto ao governo um índice linear de reajuste de 27,3%. Esse percentual tem como ponto de partida o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de agosto de 2010 a julho de 2016 que gira em torno de 44%, já descontados os 15,8% concedidos pelo governo em três parcelas (2013, 2014, 2015). Para estabelecer o índice solicitado, os servidores levaram em conta que entre 2010 e 2012 o governo não concedeu reajustes. Somente em agosto de 2012, após uma forte greve, foi conquistado o reajuste de 15,8%, considerados e descontados no cálculo. A partir daí foram incluídos percentuais levantados por estudos que consideraram a previsão de inflação para este ano (6,6%, segundo o Banco Central, para esse ano, cálculo esse feito à época da definição do índice linear do funcionalismo) e para o 1º semestre de 2016 (2,8%), acrescidos de um pedido de ganho real de 2%. Entre o momento desse estudo e a presente data, houve mudança nas projeções do Banco Central, que agora estima uma inflação maior para 2015, aproximadamente de 9%. Outras alterações podem surgir nos próximos meses, quanto a essa projeção, o que elevariam mais esse índice, mas até o momento o Fórum não propôs readequar esse índice. A razão desse índice prever as perdas até 2016 refere-se ao fato de que haverá uma carência de tempo para a entrada em vigor do exercício financeiro de 2016, se aprovada nossa reivindicação na lei orçamentária. O índice linear de 27,3% não exclui a luta pelas demandas que buscam a correção de distorções e aprimoramento da carreira, as quais também constam de nossa pauta nacional. Por fim, em consulta ao DIEESE feita pela FASUBRA na gestão passada, considerando a evolução das perdas e a especificidade de nossa carreira, chegou-se a índices muito próximos dos 27,3%, variando um pouco conforme o padrão de vencimento. Esse estudo foi encomendado para ser considerado na plenária nacional realizada no Rio de Janeiro em março próximo passado, que entendeu da conveniência de unificar a linguagem em torno dos 27,3%, índice que unifica nossa categoria e o conjunto do funcionalismo.

Essa Greve tem por pauta de reivindicação:

- ☐ Índice de 27,3% no piso da tabela considerando as perdas de janeiro de 2011 a julho de 2016;
- ☐ Aprimoramento da Carreira com correção das distorções, levando em consideração a racionalização dos cargos, piso de 3 salários mínimos e step de 5%, o reposicionamento dos aposentados e concurso público via RJU para todas as classes;
- ☐ Nenhum ataque aos ganhos administrativos e judiciais da categoria – pagamento imediato;
- ☐ Reabertura de prazos para os servidores que ainda estejam no PUCRCE possam migrar para o PCCTAE;
- ☐ Aprovação da Ascenção Funcional;
- ☐ Reconhecimento dos Certificados de capacitação de aposentados quando se encontram na ativa;
- ☐ Aproveitamento de disciplinas de graduação e pós-graduação para todas as classes do PCCTAE para fins de progressão por capacitação;
- ☐ Reconhecimento de títulos de mestrado e doutorado obtidos fora do país;
- ☐ Posicionamento hierárquico em padrão de vencimentos equivalentes na tabela quando do reingresso em outro cargo do PCCTAE;
- ☐ Efetivação do Plano Nacional de Capacitação lançado em 2013;
- ☐ Extensão para os TAEs do artigo 30 da lei 12.772/2012, que trata de afastamento para realização de estudo de pós-graduação;

Condição de Trabalho e Qualidade no Serviço Público

- ☐ Turnos contínuos com redução da jornada para 30 horas, sem ponto eletrônico e sem redução de salários;
- ☐ Não à EBSERH nos Hospitais Universitários das Instituições Federais de Ensino - IFES e concurso público via RJU;
- ☐ Revogação das ON's em relação a insalubridades, ON 6,15 e 16, asseguram os direitos dos trabalhadores;
- ☐ Educação tem que ser prioridade – suspensão imediata dos cortes nas Instituições de Ensino e recomposição do orçamento;
- ☐ Construção/ampliação de creches nas IFES, atendendo a demanda da comunidade acadêmica;
- ☐ Construção de uma política de combate efetivo ao assédio moral nas IFES;

Democratização das Instituições Federais de Ensino

- ☐ Eleições paritárias para os cargos de direção;
- ☐ Composição paritária dos conselhos superiores;
- ☐ Referenciar o debate sobre a democratização no Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores;
- ☐ Contra a Criminalização das lutas e as perseguições de dirigentes sindicais e ativistas nas IFES.

Qualidade da Educação Superior

LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Estratégias:

- 13.1) aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão;

- 13.9) promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais técnico-administrativos da educação superior.

Qualidade da Educação Superior

LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Qualidade da Educação Superior

Avaliação Institucional, interna e externa – dimensões

1. Missão e PDI
2. Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão
- 3. Responsabilidade social da IES**
4. Comunicação com a sociedade
- 5. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo**
- 6. Organização de gestão da IES**
- 7. Infraestrutura física**
8. Planejamento de avaliação
9. Políticas de atendimento aos estudantes
- 10. Sustentabilidade financeira**

MINISTRO DA EDUCAÇÃO LANÇA PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES DO PCCTAE

Categoria: [Últimas Notícias](#) Publicado em Quarta, 15 Janeiro 2014 16:06 Acessos: 6249



Programa de Qualificação em Serviço

2.1 Projeto de Graduação



- ✓ Oferta de 2.000 vagas em 2014 com acréscimo de 1.000 vagas a cada ano.

2.2 Projeto de Pós-graduação *latu sensu*



- ✓ Oferta de 2.000 vagas por ano.

2.3 Projeto de Pós-graduação *strictu sensu*



- ✓ Oferta de 1.000 vagas por ano.

- Os cursos serão ofertados, preferencialmente na modalidade à distância. Desta forma, são criadas oportunidades de aprendizagem contínua dos servidores, sem a necessidade de deslocamentos, diante da expansão e interiorização do ensino no País.

Programa de Capacitação – Formação Continuada

Contribuir para o aprimoramento das competências do servidor técnico-administrativo para que este possa atuar, promover e proporcionar o desenvolvimento de trabalhos com qualidade, atendendo às demandas e propiciando um diferencial no serviço prestado à sociedade.



- ✓ Oferta de 10.000 vagas por ano em cursos de capacitação

Programa Nacional de Apoio aos Projetos Institucionais de Capacitação das IFEs

1.1 Projeto de apoio à elaboração e implementação de Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento das IFE



✓ Implantar os Programas de capacitação e aperfeiçoamento em **100% das IFS**, até março de 2015

1.2 Projeto de estudos das normas sobre capacitação e qualificação do servidor das IFE



✓ Revisar e consolidar as normas de capacitação e qualificação aplicáveis ao servidor das IFE, até dezembro de 2014

1.3 Projeto de apoio às Comissões Internas de Supervisão – CIS



✓ Apoiar ações de capacitação para TODOS os integrantes das Comissões Internas de Supervisão.

Visa apoiar as IFEs na elaboração e implementação dos programas de capacitação

Junho/13 – 121.239 (UF IF) “taes”

Tabela 7. INGRESSO e VACÂNCIA
Ingresso e Vacâncias no período de 2008 a 2012.
Universidades Federais:

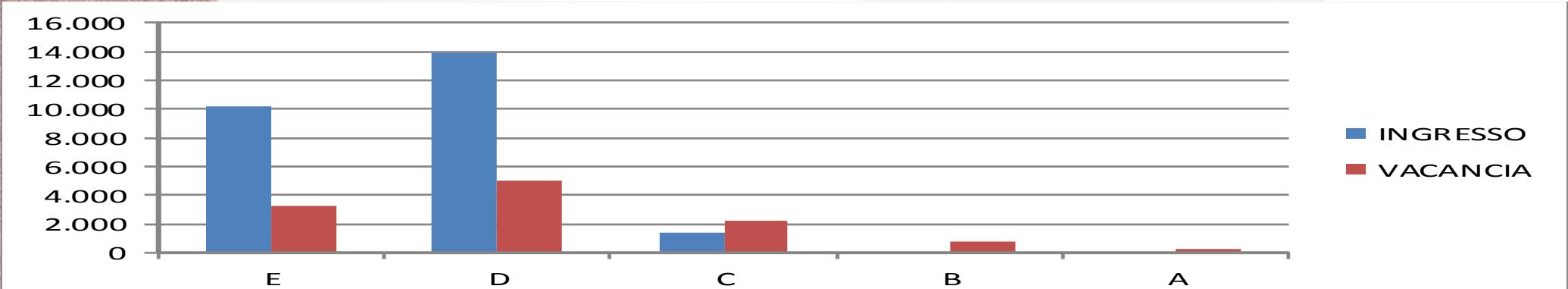
	INGRESSO	VACÂNCIA
E	10.179	3.280
D	13.953	5.044
C	1.403	2.247
B	96	765
A	0	312
TOTAL	25.641	11.648

Exp. da Oferta X Expansão da demanda

Ampliação das matrículas ano a ano

**Pauta da Greve:
Dimensionamento de pessoal**

Gráfico 10. Ingressos e Vacâncias por nível de classificação



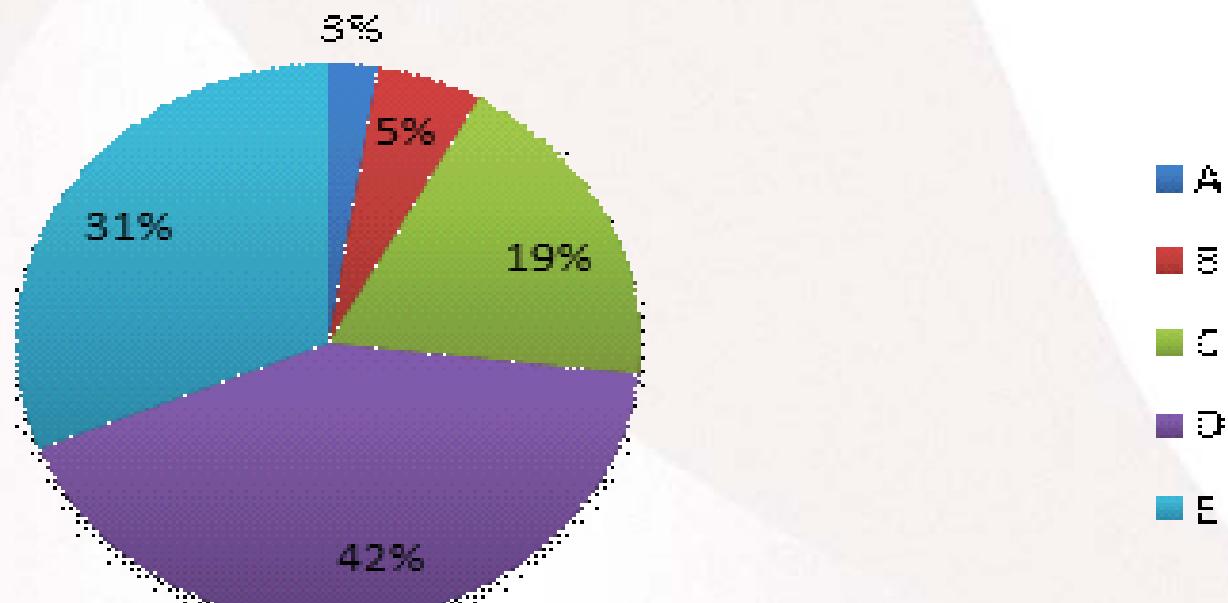
**Tabela 1. Técnico-administrativos por Nível de Classificação:
Nível de Classificação**

	Universidades Federais	Institutos Federais
A	2.528	454
B	5.395	783
C	18.580	3.595
D	41.635	10.873
E	30.836	6.560

Total

98.974

Universidades Federais



Níveis		A		B		C		D		E							
Classes de Capacitação	Valor	I	II	III	IV												
Piso A1	P01 RS 1.197,67	1															
	P02 RS 1.243,18	2	1														
	P03 RS 1.290,42	3	2	1													
	P04 RS 1.339,46	4	3	2	1												
	P05 RS 1.390,35	5	4	3	2												
Piso B1	P06 RS 1.443,19	6	5	4	3	1											
	P07 RS 1.498,03	7	6	5	4	2	1										
	P08 RS 1.554,95	8	7	6	5	3	2	1									
	P09 RS 1.614,04	9	8	7	6	4	3	2	1								
	P10 RS 1.675,38	10	9	8	7	5	4	3	2								
Piso C1	P11 RS 1.739,04	11	10	9	8	6	5	4	3	1							
	P12 RS 1.805,12	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1						
	P13 RS 1.873,72	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1					
	P14 RS 1.944,92	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1				
	P15 RS 2.018,83	15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2				
	P16 RS 2.095,54	16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3				
Piso D1	P17 RS 2.175,17		16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4	1			
	P18 RS 2.257,83		16	15	13	12	11	10	8	7	6	5	2	1			
	P19 RS 2.343,63			16	14	13	12	11	9	8	7	6	3	2	1		
	P20 RS 2.432,69				15	14	13	12	10	9	8	7	4	3	2	1	
	P21 RS 2.525,13					16	15	14	13	11	10	9	8	5	4	3	2
	P22 RS 2.621,08						16	15	14	12	11	10	9	6	5	4	3
	P23 RS 2.720,68							16	15	13	12	11	10	7	6	5	4
	P24 RS 2.824,07								16	14	13	12	11	8	7	6	5
	P25 RS 2.931,38									15	14	13	12	9	8	7	6
	P26 RS 3.042,78										16	15	14	13	10	9	8
	P27 RS 3.158,40											16	15	14	11	10	9
	P28 RS 3.278,42												16	15	12	11	10
	P29 RS 3.403,00													16	13	12	11
	P30 RS 3.532,31														14	13	12
Piso E1	P31 RS 3.666,54														15	14	13
	P32 RS 3.805,87														16	15	14
	P33 RS 3.950,49														16	15	14
	P34 RS 4.100,61														16	15	4
	P35 RS 4.256,44														16	5	4
	P36 RS 4.418,18														6	5	4
	P37 RS 4.586,07														7	6	5
	P38 RS 4.760,34														8	7	6
	P39 RS 4.941,24														9	8	7
	P40 RS 5.129,00														10	9	8
	P41 RS 5.323,91														11	10	9
	P42 RS 5.526,21														12	11	10
	P43 RS 5.736,21														13	12	11
	P44 RS 5.954,19														14	13	12
	P45 RS 6.180,44														15	14	13
	P46 RS 6.415,30														16	15	14
	P47 RS 6.659,08														16	15	
	P48 RS 6.912,13														16	15	
	P49 RS 7.174,79														16		

788,00
1197,67 → 1,5 SM

Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) – de direito privado, criada pelo governo federal, pela força da lei 12.550/2011, para vincular os HUs das universidades federais aos interesses de lucro de grupos particulares.

Hospitais Universitários (HU's) --> 46 hospitais-escola em todo o Brasil, totalizando 10% dos leitos que atendem 12% das internações no sistema.

Problemas → Atendimento

Deterioração

Crises de Gestão

Greve dos trabalhadores da Ebserh

Assédio sobre trabalhadores RJU cedidos

ADIN e Dossiê STF





GREVE GERAL
reajuste da Levy

GREVE GERA
TARO

SINTUS SP

DO DA TIVA AS

SINTUS

GRE
ACAO

SP

NAFAS

CARAVANA DA
EDUCAÇÃO
SINSUBRAT
2015

CARAVANA DA
EDUCAÇÃO
SINSUBRAT
GREVE 2015